

Educação Básica e Modernidade Econômica

Sérgio Costa Ribeiro e Simon Schwartzman

Publicado no *Jornal do Brasil*, 4 de junho de 1990

Desde o lançamento do Plano Collor no dia 16 de março um grande número de artigos e entrevistas de economistas, cientistas políticos, editorialistas, educadores e curiosos tem enchido páginas de jornais, horas de programas de rádio e televisão, discutindo seus pressupostos a curto e médio prazo. Um dos seus pilares estaria na perspectiva de aumento da competência e competitividade de nossa economia, que deveria despontar quando a inflação estivesse debelada e a economia livre dos controles indevidos do Estado. Ressaltou-se a semelhança do plano com os planos de enxugamento de liquidez ocorridos na Alemanha e no Japão após a segunda guerra mundial.

Quase ninguém menciona, no entanto, as condições em que estes países se encontravam naquele momento histórico. As vezes se esquece que eles estavam submetidos à ocupação militar dos Aliados, que houve um forte investimento em dólares a fundo perdido (US \$30 bilhões em moeda de hoje), e havia a tarefa urgente de reconstruir as cidades, indústrias e infraestrutura de serviços, inteiramente arrasadas pela guerra. Fala-se menos ainda das pré-condições existentes naqueles países em termos da educação e competência de seus habitantes. Tanto o Japão quanto a Alemanha já tinham 90% de suas populações com o equivalente ao nosso 2º grau completo (e competente) há mais de um século. Estas pré-condições foram fundamentais para o ressurgimento da prosperidade naqueles países, fazendo com que eles utilizassem com eficiência os recursos de que dispunham. Em contraste, o Brasil consumiu US\$ 120 bilhões (o valor de nossa dívida externa) com a ineficiência conhecida das angras dos reis e transamazônicas da vida (e algumas poucas eficiências louváveis, como por exemplo a Telebrás).

Já havia chocado a algumas poucas pessoas o fato de os graves problemas da educação brasileira não terem sido mencionados nem *en passant* pelos candidatos à Presidência da República durante a campanha eleitoral, apesar de todos reconhecerem a gravidade da

questão. Uma explicação possível talvez seja o esgotamento dos antigos argumentos que, à esquerda e à direita do espectro político, costumavam acompanhar as discussões sobre educação. Por um lado, a educação era apresentada como um instrumento de justiça social e de aumento da consciência política da sociedade; por outro, era buscada como um recurso técnico necessário para o aumento da produtividade industrial. Não é que sociedades educadas não tendam a ser mais igualitárias e mais produtivas. Mas estes argumentos, velhos de tantos anos, não chegam a tocar na urgência, gravidade e abrangência que a questão educacional assume atualmente.

O desenvolvimento brasileiro até hoje se sustentou nas vantagens relativas de nossa mão de obra barata e não qualificada e da abundância de matérias primas, o que era compatível com uma população ignorante e uma pequena elite educada. Isto terminou. A competitividade, a eficiência e a criatividade da população como um todo são agora indispensáveis em um mundo onde a universalização da economia e da tecnologia são inevitáveis. Não se trata, simplesmente, de acabar com a "vergonha" do analfabetismo, nem de criar escolas técnicas para aumentar a qualificação dos operários das indústrias tradicionais. O que se requer, urgentemente, é nada mais nada menos do que a universalização competente da educação básica, através de uma política educacional pelo menos tão radical e revolucionária quanto a terapia de choque que está sendo aplicada à economia. Este é um requisito essencial para que qualquer plano econômico orientado para a competitividade planetária funcione. A tecnologia atual, e muito provavelmente a futura, requer não só que haja competência da força de trabalho e das empresas, como também dos consumidores, vale dizer, de toda a população.

Vejamos alguns números do Brasil. Hoje 95% de uma geração ingressa na primeira série do primeiro grau. Nesta série as matrículas contêm 54% de repetentes. A evasão entre a 1ª e 2ª séries, ao contrário do que geralmente se pensa, é pequena, de apenas 1,9% da matrícula. Mas, como as repetências se sucedem (a pedagogia da repetência), os alunos ficam "velhos" e acabam abandonando a escola para trabalhar. Assim, apenas 40% de uma geração consegue terminar os 8 anos do primeiro grau, 25% termina o segundo grau, e 12% inicia algum curso superior. Estes são os números para o país como um todo. A universalização do 1º grau prometida pela Constituição de 1967 - ou seja, que todos os

que comecem a estudar completem os 8 anos de educação básica - só existe para os 2% mais ricos da população. Se analisarmos os "descamisados" que elegeram o atual presidente, os números são dramáticos: ninguém entra num curso superior, e menos de 5% termina o 1º grau. Mas estes são apenas indicadores formais. O que não se mediu ainda, de forma estatisticamente significativa, é o que estes jovens aprendem em nossas escolas. Sabe-se pelo vestibular (ah, o vestibular!) que aqueles 12% que passam pouco sabem de português, ou pior ainda, de matemática. E os 88% restantes?

E agora, José (ou seria Fernando)? Como conseguir a competitividade necessária ao Plano Brasil Novo, para que o Brasil entre no rol das nações do primeiro mundo, com estas calças curtas? Será que uma dúzia de brilhantes economistas dará conta do recado? É óbvio que não.

Alguns exemplos recentes mostram a correlação entre educação e modernidade econômica, independentemente de regimes e ideologias políticas. A Coreia do Sul, que no final dos anos 50 (após a guerra) tinha um perfil educacional semelhante ao Brasil, tem hoje 80% de uma geração com o secundário completo, o mesmo ocorrendo com quase todos "tigres asiáticos." O norte da Itália, que tem hoje uma renda *per capita* maior do que a da Alemanha Ocidental, é um caso interessante. Desde o final da grande guerra o Partido Comunista Italiano domina a política municipal, elegendo a maioria de seus prefeitos. Com o ideário da justiça social, investiram maciçamente em educação básica. O resultado aí está, à vista de quem for à Copa do Mundo. Enquanto isto o sul da Itália, dominado pelos democratas cristãos, continua atrasado. Será simples coincidência?

Mas voltemos ao Brasil. Existem alguns indicadores educacionais que merecem uma análise especial. O primeiro é o número de anos que os jovens que entram no sistema formal de ensino de primeiro grau ficam na escola: 8,4 anos em média, tempo mais do que suficiente para que todos terminassem o curso. Mas o número médio de séries completadas não passa de 5. Isto mostra quão ineficiente é nosso sistema de ensino, quanta repetência existe, e quão persistentes são as famílias brasileiras em manter seus filhos nas escolas. Esta já é uma pré-condição cultural importante para o sucesso de uma política de melhoria do sistema: o brasileiro quer estudar!

Outro indicador que mostra de forma gritante a ineficiência do sistema em termos de promoções por série é o número de "alunos-anos" de instrução recebida. Para formar um único aluno no 1º grau, levando em conta toda a repetência e evasão existentes, gasta-se 21 alunos-anos de instrução. Isto significa que, para cada 8 anos de estudo cumpridos com aprovação por um aluno que se forma, existem mais 13 anos repetidos, ou cursados por alunos que nunca chegam a terminar seus cursos. Se olharmos para os "descamisados", este indicador daria um valor de mais de 200 anos!

É natural que o novo governo, preocupado com o problema gravíssimo da inflação, deixe de lado no primeiro momento as questões educacionais, assim como tantas outras. Neste instante, preocupa menos a ausência de ações do que a ausência de ideias, a falta de percepção de que já perdemos vários bondes da história em termos de educação, e corremos um grande risco de perder mais este. Já se ouve falar em reformar mais uma vez o vestibular, como se o problema do ensino superior estivesse no método de seleção dos alunos, e não na péssima qualidade das escolas de onde eles vêm, e da maioria dos cursos para onde vão. O tema da educação profissionalizante ameaça ressurgir, ajudando a esquecer que o nó górdio a ser enfrentado é o da educação básica e de formação geral - ensinar a ler, escrever e a contar. O atual Ministro da Educação, um correto Senador da República, ainda não mostrou ter idéia da importância da universalização da educação para que um Plano Brasil Novo como este tenha algum futuro a médio prazo, e do que fazer para conseguí-la. Ouviu falar de um "ano da alfabetização" da UNESCO, e esquece todos os malogrados planos de alfabetização do passado no Brasil. Coloca o peso de seu Ministério no controle das mensalidades das escolas privadas (a pedagogia da SUNAB), como se elas fossem responsáveis pelo fracasso das autoridades públicas em assegurar educação básica de qualidade para todos. Volta novamente à idéia de construir prédios para os milhões de crianças fora da escola (a pedagogia arquitetônica), sem saber que estas crianças se encontram principalmente no Nordeste rural pobre (70%), e que as restantes estão em outras áreas rurais onde, como no Nordeste pobre, os primeiros problemas a serem atacados são a fome e a saúde. Não adianta construir CIEPS no sudeste urbano para resolver um problema dos famintos (ou "descamisados") do Nordeste rural. Alagoas é o melhor exemplo!

Não há como enfrentar o problema da universalização do ensino no Brasil sem enfrentar de frente o pesadelo que é nossa rede pública de ensino. O caminho a percorrer é longo, mas muitas coisas podem ser feitas desde já. A escola que aí está, sem teto e sem quadro negro, funcionaria bem melhor se pelo menos suas professoras fossem bem pagas e se fossem estimuladas a uma reciclagem, se seus diretores tivessem mais autonomia de decisão e responsabilidade pelo desempenho de seus alunos, se os industriais se apercebessem da necessidade de apoiar as escolas, se as universidades públicas ajudassem, se os governos estaduais e municipais se convencessem. Ou, quem sabe, se o Governo Federal desse o exemplo, e mostrasse o caminho.

Os dados estatísticos citados sobre o Brasil são do IBGE (PNAD 88) analisados por um modelo matemático desenvolvido por Philip R. Fletcher e Sérgio Costa Ribeiro.